

Comunicação e experiência

Adriano Duarte Rodrigues
Universidade Nova de Lisboa

Índice

1 Introdução	1
2 Experiência vs. experimentação	5
3 Os diferentes campos da experiência	7
4 Os quadros do sentido da experiência	7

1 Introdução

Não é minha intenção definir o termo de experiência nem o termo de comunicação, mas mostrar a relação entre a realidade concreta que estes termos denotam. Tomarei estes termos no sentido corrente de dar a conhecer e partilhar a vivência de um acontecimento ou de um fenómeno qualquer, pertencentes quer ao mundo natural quer ao mundo das relações intersubjectivas quer ainda ao mundo intrasubjectivo.

Em primeira aproximação podemos distinguir três tipos de relações entre a experiência e a comunicação. O primeiro tipo é o que existe entre alguém que teve a experiência directa e imediata de um acontecimento ou de um fenómeno e que a comunica a outra pessoa que não teve a mesma experiência directa e imediata. A este primeiro tipo de comunicação dou o nome de *testemunho*. O segundo tipo compreende os casos em que alguém transmite a outra pessoa o relato de um acontecimento ou de um fenómeno que lhe

foi comunicado, de que não teve, portanto, uma experiência directa e imediata. Designarei este tipo de comunicação com o nome de *transmissão*. Num terceiro tipo, agruparei os casos em que o destinador comunica a um destinatário uma experiência que é já conhecida de ambos. Para designar este terceiro tipo de comunicação utilizarei o termo de *simbólica*, por razões que tentarei elucidar.

1.1 O testemunho da experiência

No testemunho, o destinador possui o privilégio exclusivo de deter o poder de controlar a veracidade da sua mensagem, pelo facto de ter experienciado directa e imediatamente os fenómenos e os acontecimentos que narra. Por essa razão, a credibilidade da mensagem trocada depende exclusivamente do reconhecimento por parte do destinatário do capital de credibilidade que está disposto a atribuir ao destinador da mensagem.

Existe, muitas vezes e em especial no meio jornalístico, a pretensão de valorizar esta modalidade de comunicação da experiência, em nome da autenticidade da comunicação e da vontade de eliminação das eventuais distorções que os dispositivos de mediação podem provocar. É o caso da valorização do "directo"tão em voga actualmente.

Trata-se de uma visão ingénuo tanto da experiência como da comunicação, na medida em que consiste no apagamento da intervenção inevitável e incontornável da linguagem, não só para a comunicação mas também para a constituição da própria experiência. Não existe experiência do mundo sem mediação da linguagem e a linguagem é inevitavelmente sempre uma maquilhagem do mundo. Vejamos alguns exemplos tirados de domínios tão diversos como o de uma conversa entre um homem e uma mulher, o de uma notícia acerca de um atentado no país Basco ou acerca de um assassinato à mão armada num dos bairros da cidade. Se um rapaz telefonar todas as noites à sua namorada, esta pode dizer que o namorado nunca se esquece dela ou que passa o tempo todo a coagindo. Se nunca telefona, a namorada pode dizer que o rapaz já não está afim dela ou que tem total confiança nela. Será que cada uma destas hipóteses interpretativas constitui interpretações de uma mesma experiência ou experiências diferentes? O título de um jornal madrileno acerca de un atentado nas ruas de Bilbao tanto poderá escrever: “Autonomistas bascos coninuum a sua luta pela liberdade”, como “Separatistas bascos matam inocentes” ou ainda “Terroristas bascos assassinaam barbaramente”. Tratar-se-à de uma mesma experiência ou de experiências diferentes? Uma notícia sobre um atentado à mão armada pode ser apresentada como: “Habitante do baairro X”, “Homem de cor do bairro X” “Preto do bairro X”, “Desconhecido no bairro X” Cada um destes enunciados traduz experiências diferentes ou a mesma experiência? Em que medida a experiência do mundo em exemplos como estes é independente do discurso que pretende dar testemunho da realidade?

Mas o testemunho está ainda sujeito à natureza parcial da vivência que o destinador tem dos fenómenos ou dos acontecimentos que narra. A parcialidade é um valor relativo: o destinador da mensagem pode ser mais ou menos parcial. Recentemente pudémos observar um caso extremo de parcialidade. Na sequência do acidente que vitimou a princesa Diana, o único sobrevivente do trágico acontecimento, o único destinador potencial de uma mensagem fundamentada na sua vivência directa e imediata, não conseguiu comunicá-la, pelo facto de ter sido esta própria vivência que o tornou amnésico e, por esse motivo, incapaz de a testemunhar. Nem sempre a experiência directa e imediata dos acontecimentos e dos fenómenos tem efeitos tão radicais. No entanto, apresenta sempre a característica de a sua comunicação ser tanto mais autêntica quanto mais envolvente e portanto menos imparcial fôr o testemunho.

Podemos dinstinguir factores de natureza física, psíquica e social da parcialidade do testemunho da experiência directa e imediatamente vivida. A proximidade dos factos impede a distância indispensável à sua perspectivação, os hábitos e as idiossincrasias tanto individuais como sociais iluminam determinados factos e escondem outros, leva a encará-los sob determinados ângulos e a esquecer outros ângulos igualmente relevantes, o envolvimento afectivo altera muitas vezes a serena compreensão dos acontecimentos, os eventuais interesses que os seus efeitos podem proporcionar leva à valorização de uns aspectos em detrimento de outros.

1.2 A transmissão da experiência

A transmissão de uma experiência a que o destinador não teve acesso directo e imediato é de longe a modalidade mais frequente de comunicação. Nestes casos, a credibilidade da mensagem já não depende apenas da credibilidade do destinador, mas igualmente da credibilidade do testemunho do primeiro destinador da mensagem, daquele que viveu directa e imediatamente a experiência, assim como da credibilidade dos sucessivos destinadores da eventual cadeia de transmissão da mensagem. Exceptuando o caso do primeiro destinador, que possui o privilégio de poder verificar directamente a correspondência ou a adequação da mensagem aos fenómenos ou aos acontecimentos relatados, nenhum dos outros destinadores da cadeia de transmissão, dos destinadores segundos, detém semelhante possibilidade. Aos destinadores segundos apenas pode ser, por conseguinte, imputada a fidelidade da transmissão e esta distingue-se do valor de adequação do relato aos acontecimentos ou aos fenómenos relatados. Um ou mais destinadores segundos podem transmitir fielmente acontecimentos ou fenómenos que não existiram, tal como um ou mais destinadores segundos podem transmitir erradamente acontecimentos que ocorreram efectivamente. A reconstituição da experiência efectivamente vivida exige, por conseguinte, modalidades distintas de procedimentos: a da averiguação dos factos e dos fenómenos que ocorreram efectivamente; a acreditação do testemunho de quem teve a sua experiência primeira; a apreciação da fidelidade de cada um dos elos da cadeia de transmissão da experiência. Cada um destes diferentes procedimentos é de natureza diferente.

O efeito específico tanto do testemunho como da transmissão da experiência é um efeito de natureza predominantemente informativa, na medida em que se trata de dar a conhecer a alguém uma experiência a que não teve acesso directo e imediato. No entanto, a informação assegurada pelo testemunho é de natureza diferente da informação assegurada pela cadeia de transmissão. No testemunho, o destinador funda uma partilha originária de experiência, ao passo que na cadeia de transmissão, os destinadores sucessivos constituem a modalidade tradicional da experiência, no sentido mais genuíno do termo. Neste segundo caso, cada um dos destinatários da mensagem assume-se também como destinador. É esta duplicidade de estatutos de cada um dos elos da transmissão que forma a cadeia ininterrupta que caracteriza a tradição.¹

1.3 A relação simbólica da comunicação com a experiência

A terceira modalidade de relação entre a comunicação e a experiência é de natureza inteiramente diferente das duas modalidades que acabámos de descrever. Não tem propriamente a ver com os valores de fidelidade ou de veracidade do testemunho ou da transmissão de uma experiência conhecida directa ou indirectamente, imediata ou mediadamente pelo destinador. Tem antes a ver com o reconhecimento por parte do destinatário, de

¹Ver a este respeito sobretudo Jean-François Lyotard, *La Condition Post-Moderne*, Paris, ed. De Minuit, 1979 (trad. Port.: *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, ed. Gradiva).

uma experiência comum, vivida tanto pelo destinador como pelo destinatário.

Acerca desta terceira modalidade de comunicação da experiência levantam-se duas questões importantes: a da identificação daquilo que é comunicado através desta modalidade de comunicação e a de saber porque razão esta experiência é comunicada, uma vez que ela já é vivida e conhecida por parte das entidades envolvidas na relação comunicacional.

Podemos reconhecer facilmente, de entre as funções que a comunicação dessas experiências vividas tanto pelo destinador como pelo destinatário, a função de alimento ou de reforço da comunidade da experiência. A este efeito de reforço de uma mesma comunidade de experiência darei o nome de efeito simbólico, para o distinguir do efeito informativo, específico do testemunho e da transmissão.

Aquilo que predomina na relação simbólica entre a comunicação e a experiência não é obviamente a comunicação de um acontecimento ou de um fenómeno, na medida em que este já é suposto ser conhecido por parte do destinatário. Tomemos o exemplo do marido que diz à mulher: “No ano passado, os teus pais vieram passar o Natal connosco.” Trata-se obviamente de uma mensagem que se refere a um facto já conhecido de ambos. Se se tratasse de testemunhar ou de transmitir o acontecimento referido pelo enunciado do marido, esta mensagem seria completamente desprovida de interesse e, nessa medida, irrelevante. Então porque comunicamos tantas vezes mensagens tão triviais como esta? A única resposta consiste em dizer que se trata de constituir ou de fornecer um quadro de experiências comuns, a partir do qual o locutor pretende levar o seu

interlocutor a ter em conta uma coisa diferente daquilo que diz. No exemplo dado, o marido poderá, entre outras coisas, fornecer uma premissa em ordem a argumentar em favor de uma conclusão, a de que deveriam, por exemplo, convidar de novo os pais da sua mulher para o próximo Natal, ou a de que deveriam convidar desta vez os pais dele, a de que deverão esperar que, desta vez, sejam os pais da mulher a conviá-los para o próximo Natal ou levar a mulher a situar-se num quadro sobre o fundo qual a pretende informar de algum facto ocorrido durante a visita dos pais dela no Natal do ano anterior.

Aquilo que o destinador de uma mensagem referente a um acontecimento já conhecido do destinatário tem em mente destina-se, por conseguinte, a assegurar uma mesma comunidade de pressupostos que dão sentido àquilo que o destinador tem em mente. Para melhor compreendermos as funções desta comunidade de pressupostos, vejamos mais alguns exemplos. Assim, quando um filho ouve o pai dizer-lhe: “Saíste-me um belo estudante!”, a interpretação irónica do enunciado, segundo a qual a expressão “belo estudante” quer dizer “mau estudante”, pressupõe o conhecimento prévio por parte, tanto do pai como do filho, de todo um conjunto de coisas não ditas acerca do seu comportamento como estudante. De igual modo, quando o patrão diz ao empregado: “Se fosse a você não trabalharia tanto”, o patrão pode pressupor que o empregado toma o conselho no sentido irónico de uma desaprovação e de uma admoestação. A prova é que, nesse caso, se o empregado lhe responder, por exemplo: “Vou passar a seguir o seu exemplo!”, o patrão só poderá eventualmente encadear a sua resposta, de maneira mais ou menos violenta, com uma ameaça de despe-

dimento formulada com um enunciado deste tipo: “Pois faça isso que eu poderei mandá-lo descansar definitivamente para casa!”

Estes últimos exemplos destinam-se a mostrar que a interpretação daquilo que dizemos pressupõe determinados saberes relevantes extraídos da enciclopédia dos saberes mutuamente conhecidos pelos interlocutores. Habitualmente os saberes são pressupostos e são inferidos a partir do contexto, mas o locutor pode não ter a certeza de que o seu interlocutor actualiza os pressupostos adequados à interpretação da sua mensagem. É para garantir a constituição da mutualidade dos saberes relevantes para a intercompreensão que o locutor é muitas vezes levado a comunicar factos e acontecimentos perfeitamente conhecidos do seu interlocutor.²

A comunicação de factos já conhecidos do destinatário explícita, por conseguinte, premissas destinadas a servir de suporte e/ou de garantia de um processo argumentativo.³

Estes exemplos são suficientes para mostrar a natureza e a importância desta modalidade de comunicação. É ela que serve de fundamento para a intercompreensão, constituindo o quadro sobre o fundo do qual os interlocutores recortam o sentido que dão aos enunciados que trocam entre si.

²Para um aprofundamento dos conceitos de relevância, de mutualidade dos saberes, de hipótese interpretativa e de inferência, ver nomeadamente Dan Sperber e Deirdre Wilson, *La Pertinence*, Paris, ed. De Minuit, 1989.

³Para uma abordagem dos processos argumentativos informais da comunicação, ver nomeadamente Oswald Ducrot, *Dire et ne pas Dire*, Paris, ed. Hermann, 1972; *Les Echelles Argumentatives*, Paris, ed. De Minuit, 1980; Stephen Toulmin, *The Uses of Argument*, Cambridge Univ. Press, paperback, 1991.

2 Experiência vs. experimentação

Depois destes esclarecimentos e destas precisões, chegou o momento de proceder a uma das distinções que permitirá definir, de maneira mais fina e rigorosa, a modalidade simbólica da relação entre a comunicação de uma experiência das outras duas modalidades, a de testemunho e a de transmissão.

Em que medida dizemos que alguém é um médico, um engenheiro, um professor, um arquitecto, um mecânico, um pianista ou um político experiente? Será que nos referimos ao facto de se tratar de alguém que viveu determinados fenómenos ou acontecimentos? Em que consiste a comunicação da sua experiência? Consistirá no testemunho ou na transmissão do seu conhecimento de determinados fenómenos ou de determinados acontecimentos? É a estas questões que vamos agora procurar responder.

2.1 A experiência enquanto competência

Até agora apenas tomei em consideração a comunicação da experiência, directa ou indirecta, imediata ou mediata, de fenómenos ou de acontecimentos. Quando dizemos de alguém que é um médico, um engenheiro, um mecânico ou um pianista experiente, não nos estamos a referir apenas aos conhecimentos que ele possui de determinados factos ou de determinados fenómenos, mas a referir-nos à competência que ele possui para intervir, com eficácia e a propósito, num determinado domínio ou num determinado campo. Dizemos que alguém é um médico experiente se revelar competência no exercício da sua actividade profissional, isto é, se fôr capaz de

intervir com eficácia no domínio da saúde, quer pela maneira acertada como estabelece o diagnóstico das doenças que afectam os seus pacientes, quer pelo modo eficaz de escolher e de lhes receitar as terapias mais adequadas. Revelar competência no exercício da sua actividade pressupõe obviamente a aquisição de determinados conhecimentos de fenómenos e de determinados acontecimentos relevantes para o exercício da sua actividade como médico, mas não se reduz a esse conhecimento. Ao tornar-se num médico experiente, adquire competência não só para lidar com doenças já conhecidas mas também para diagnosticar e tratar perturbações novas, ainda não encontradas e que escapam, por conseguinte, ao quadro dos conhecimentos adquiridos, dos casos já experimentados. A experiência é, deste ponto de vista, a aquisição e a manifestação da capacidade para inventar, a propósito, novas maneiras de intervir sempre que novas circunstâncias, ainda não experimentadas, o exijam. É esta capacidade de intervenção autónoma que distingue o médico experiente do médico inexperiente, isto é, do médico demasiado dependente das experimentações de casos conhecidos. Um médico inexperiente pode inclusivamente possuir uma soma de conhecimentos equivalente à que possui um médico experiente, mas a sua capacidade para os adaptar aos casos novos e imprevistos é limitada.

Vejamos outro exemplo, desta vez pertencente ao domínio artístico. Quando dizemos que alguém é um pianista experiente estamos a referir-nos, não ao seu conhecimento das regras pianísticas, mas à sua capacidade para, jogando autonomamente com elas, inventar novas maneiras de interpretar a obra musical. Ao contrário do desempenho de um pianista inexperiente, que deixa ver, ao longo

da execução musical, as regras, o desempenho do pianista experiente torna-se de tal modo natural e espontâneo que parece não estar a cumprir quaisquer regras. A assimilação das regras leva o pianista experiente a fazer literalmente corpo com a peça musical e a esquecer a tecnicidade da execução.

A partir destes exemplos, somos portanto levados a fazer a distinção entre experiência e experimentação. Podemos dizer que a experiência se opõe à experimentação, na medida em que alguém é tanto mais experiente quanto menos precisa de proceder a experimentações para poder agir adequadamente. É por isso que o pianista inexperiente precisa de ensaiar aturadamente uma nova peça, ao passo que o pianista experiente é aquele que é capaz de tocar uma nova peça à primeira vista, sem ter de a ensaiar. Enquanto experimentar alguma coisa é viver pela primeira vez ou de maneira diferente fenómenos e acontecimentos, ter a experiência de alguma coisa é ser capaz de reconhecer acontecimentos e fenómenos e de intervir com eficácia em novas circunstâncias, não previstas pelas regras aprendidas e experimentadas. Ser um médico experiente não consiste tanto em possuir um saber acima da média dos saberes habitualmente imputados aos médicos em geral, mas em ser capaz de intervir com eficácia perante novas patologias.

2.2 A experiência como processo de naturalização

A comunicação da experiência apresenta-se, por conseguinte, neste caso, de uma maneira completamente diferente das que vimos atrás, na medida em que não se trata de dar testemunho ou de transmitir acontecimentos ou fenómenos, mas de uma com-

petência para agir, com naturalidade, de maneira adequada, num determinado domínio ou num determinado campo.

Agir de maneira adequada num determinado domínio da experiência é comportar-se de acordo com as regras que têm validade dentro da sua esfera de acção e mostrar, desse modo, que se tem uma modalidade específica de conhecimento e de domínio dessas regras. A comunicação da experiência não é portanto a transmissão mas a ostensão ou a manifestação de um saber de que se possui competência e autonomia. Ao contrário da experimentação, a experiência manifesta-se pelo domínio implícito de regras.

É óbvio que, na maioria dos domínios, a aquisição da experiência pressupõe um longo e aturado trabalho de aprendizagem, no decurso do qual se exige um número relativamente grande de experimentações. Mas a experiência situa-se para além das experimentações.

Ter experiência nem sempre pressupõe a possibilidade de a explicar. Santo Agostinho dizia que todos sabemos o que é o tempo quando não nos pedem para dizermos aquilo que é e deixamos de saber logo que alguém nos pede para o definirmos. Podemos dizer o mesmo da experiência. Todos sabemos espontaneamente o que é a experiência, embora não saibamos dizer em que ela consiste.

3 Os diferentes campos da experiência

Até aqui considerei a experiência como uma realidade homogénea. Mas, à medida avançávamos, foi-se tornando evidente que não podemos assimilar indiscriminadamente a experiência do médico, do engenheiro, do

advogado ou do mecânico. A cada um destes domínios correspondem modalidades diferenciadas da experiência.

Há certamente pontos comuns a todos estes domínios da experiência. Em todos os domínios, reconhecemos o homem experiente pela competência no desempenho de acções, competência que consiste num determinado tipo de conhecimento de regras de acção, na capacidade para inventar novas regras apropriadas aos casos não previstos pelas regras e para inventar novos procedimentos que melhorem a resposta aos casos previstos.

4 Os quadros do sentido da experiência

Uma das características fundamentais da experiência é o facto de o seu sentido não ser determinado pela materialidade das expressões ou das acções, mas por um conjunto de pressupostos que a enquadram.⁴

Duas expressões ou duas acções materialmente idênticas podem ter sentidos distintos, se forem enquadradas por um conjunto de pressupostos distintos. Assim, por exemplo, estar vestido com um fato de banho tem sentido na praia e será desprovido de sentido numa recepção ou numa sala de concerto.

⁴Ver a este propósito Erving Gofman, *Les Cadres de l'Expérience*, Paris, Minuit, 1991 (or.: *Frame Analysis. An Essay of the Organization of Experience*, 1974).